

Rubem Valente

Direito Civil

Facilitado

Prefácio

Ministra Nancy Andrichi

2^a
edição

Revista,
atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.04.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V249d

2. ed.

Valente, Rubem

Direito civil facilitado / Rubem Valente. – 2. ed., rev., atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

624 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-550-3

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

22-76593

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO CIVIL	5
1.1 Fontes do direito.....	8
1.1.1 Princípios gerais do direito.....	8
1.1.2 Lei	10
1.1.3 Jurisprudência.....	11
1.1.4 Costume	11
1.2 Dicotomia entre o direito público e o direito privado.....	12
1.3 O fenômeno da codificação.....	13
Capítulo 2 – ESTRUTURA FUNDAMENTAL DO DIREITO CIVIL	17
Quadro sinótico.....	19
Capítulo 3 – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	21
3.1 Noções gerais.....	21
3.2 Princípios fundamentais da LINDB.....	22
3.3 Vigência e revogação das normas jurídicas	25
3.4 Conflito de normas (antinomias)	32
3.5 Preenchimento de lacunas (integração das normas jurídicas)	34
3.5.1 Analogia.....	35
3.5.2 Costume	37

3.5.3	Princípios gerais do direito.....	37
3.5.4	Equidade.....	38
3.6	Eficácia da lei no espaço.....	39
	Quadro sinótico.....	43
Capítulo 4	– PESSOA NATURAL OU FÍSICA	47
4.1	Conceito	47
4.2	Existência e aquisição de personalidade.....	48
4.3	Capacidade jurídica.....	53
4.4	Incapacidade	55
4.4.1	O reconhecimento das incapacidades e a ação de interdição.....	60
4.4.2	Tomada de decisão apoiada	63
4.4.3	A cessação da incapacidade e a emancipação.....	64
4.5	Extinção da pessoa natural.....	66
4.6	Individualização da pessoa natural.....	70
4.6.1	Nome	70
4.6.2	Estado	71
4.6.3	Domicílio.....	72
	Quadro sinótico.....	75
Capítulo 5	– DIREITOS DA PERSONALIDADE	79
5.1	Conceito	80
5.2	Direitos da personalidade x liberdades públicas	81
5.3	Natureza jurídica.....	81
5.4	Origem e evolução.....	82
5.5	Titularidade.....	82
5.6	Características.....	84
5.7	Espécies	87
5.8	Proteção.....	96
	Quadro sinótico.....	100
Capítulo 6	– PESSOA JURÍDICA.....	101
6.1	Conceito	101
6.2	Características	104
6.3	Natureza jurídica.....	104
6.4	Requisitos para a constituição da pessoa jurídica.....	105
6.5	Capacidade e representação da pessoa jurídica.....	108

6.6	Responsabilidade civil e penal da pessoa jurídica.....	110
6.7	Consequências da personificação	115
6.8	Grupos despersonalizados.....	115
6.9	Classificação da pessoa jurídica.....	116
6.10	Desconsideração da personalidade jurídica.....	123
6.11	Extinção da pessoa jurídica	127
	Quadro sinótico.....	130
Capítulo 7 – BENS		133
7.1	Noções gerais.....	133
7.2	Classificação dos bens	134
7.2.1	Bens considerados em si mesmos.....	134
7.2.2	Bens reciprocamente considerados.....	140
7.2.2.1	Espécies de bens acessórios	141
7.2.3	Bens em relação ao seu titular	145
7.2.4	Bens em relação à sua suscetibilidade de alienação.....	147
7.2.5	Bem de família	147
	Quadro sinótico.....	149
Capítulo 8 – FATO JURÍDICO, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO		151
8.1	Noções introdutórias	151
8.2	Negócio jurídico.....	154
8.3	Teorias do negócio jurídico	157
8.4	Classificação dos negócios jurídicos	158
8.4.1	Quanto às vantagens patrimoniais envolvidas.....	158
8.4.2	Quanto às formalidades.....	159
8.4.3	Quanto à independência ou à autonomia	160
8.4.4	Quanto ao número e ao sentido da manifestação de vontade dos envolvidos	160
8.4.5	Quanto ao tempo em que produzem efeitos.....	160
8.4.6	Quanto aos seus efeitos.....	161
8.4.7	Quanto ao momento de aperfeiçoamento	161
8.4.8	Quanto ao exercício dos direitos.....	161
8.4.9	Quanto às condições especiais dos negociantes	162
8.5	Elementos do negócio jurídico.....	162
8.5.1	Elementos acidentais (ou modalidades do negócio jurídico)..	163

8.5.1.1	Condição (arts. 121 a 130).....	163
8.5.1.1.1	Classificação das condições	163
8.5.1.2	Termo	164
8.5.1.3	Encargo	165
8.6	Planos do negócio jurídico	166
8.6.1	Plano da existência.....	167
8.6.2	Plano da validade.....	167
8.6.3	Plano da eficácia.....	170
8.7	Defeitos do negócio jurídico	171
8.7.1	Erro ou ignorância (arts. 138 a 144).....	172
8.7.2	Dolo (arts. 145 a 150).....	174
8.7.3	Coação (arts. 151 a 155)	175
8.7.4	Lesão (art. 157)	176
8.7.5	Estado de perigo (art. 156).....	178
8.7.6	Fraude contra credores (arts. 158 a 165).....	179
8.7.6.1	Hipóteses legais de fraude contra credores	180
8.7.6.2	Sujeitos envolvidos.....	180
8.7.6.3	Requisitos.....	180
8.7.6.4	Ação pauliana.....	181
8.7.7	Simulação (art. 167)	182
8.8	Plano da (in)validade do negócio jurídico	183
8.8.1	Nulidade (nulidade absoluta)	185
8.8.2	Anulabilidades (nulidades relativas).....	186
8.8.3	Quadro comparativo entre nulidades e anulabilidades	188
8.9	Conversão do negócio jurídico.....	189
	Quadro sinótico.....	192

Capítulo 9 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 195

9.1	Prescrição	197
9.1.1	Teorias.....	198
9.1.2	Requisitos	199
9.1.3	Espécies.....	199
9.1.4	Fluxo do prazo prescricional	200
9.2	Decadência.....	204
9.3	Critérios distintivos entre prescrição e decadência.....	206
	Quadro sinótico.....	209

Capítulo 10 – OBRIGAÇÕES	211
10.1 Conceito	211
10.2 Elementos constitutivos da obrigação	212
10.2.1 Elemento subjetivo (sujeitos ou partes)	212
10.2.2 Elemento objetivo (objeto ou prestação)	212
10.2.3 Elemento ideal (vínculo ou relação jurídica)	213
10.3 Classificação	213
10.3.1 Obrigação natural (ou imperfeita) e obrigação civil	213
10.3.2 Obrigações ambulatorias, mistas (reais, <i>in rem</i> , <i>ob rem</i> ou <i>propter rem</i>) e obrigações com eficácia real	214
10.4 Obrigação como processo	216
10.5 Modalidades	217
10.5.1 Obrigação de dar	217
10.5.1.1 Obrigações de dar coisa certa	217
10.5.1.1.1 Obrigações de restituir	219
10.5.1.1.2 Obrigações de dar dinheiro	220
10.5.1.2 Obrigações de dar coisa incerta	221
10.5.2 Obrigações de fazer	222
10.5.3 Obrigações de não fazer	224
10.6 Classificação especial das obrigações	225
10.6.1 Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos)	225
10.6.1.1 Solidariedade ativa	227
10.6.1.2 Solidariedade passiva	229
10.6.1.3 Subsidiariedade	232
10.6.2 Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação)	232
10.6.2.1 Obrigações alternativas	232
10.6.2.2 Obrigações facultativas	234
10.6.2.3 Obrigações cumulativas	234
10.6.2.4 Obrigações divisíveis e indivisíveis	234
10.6.2.5 Obrigações líquidas e ilíquidas	237
10.6.3 Classificação especial quanto ao elemento accidental	237
10.6.3.1 Obrigações condicionais	237
10.6.3.2 Obrigações a termo	237
10.6.3.3 Obrigações modais	237

10.6.4	Classificação especial quanto ao conteúdo.....	237
10.6.4.1	Obrigações de meio.....	237
10.6.4.2	Obrigações de resultado	238
10.6.4.3	Obrigações de garantia.....	238
10.7	Transmissão das obrigações	238
10.7.1	Da cessão de crédito	238
10.7.2	Da assunção de dívida ou cessão de débito	242
10.7.3	Cessão de contrato ou cessão de posição contratual.....	244
	Quadro sinótico.....	245
Capítulo 11	– ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	249
11.1	Pagamento.....	249
11.1.1	Elementos subjetivos do pagamento: <i>solvens e accipiens</i>	250
11.1.2	Elementos objetivos do pagamento: do objeto e da prova do pagamento	252
11.1.3	Lugar do pagamento	255
11.1.4	Tempo do pagamento	256
	Quadro sinótico.....	257
Capítulo 12	– EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO.....	259
12.1	Consignação em pagamento	259
12.1.1	Natureza jurídica do pagamento em consignação	260
12.1.2	Hipóteses de ocorrência	260
12.1.3	Requisitos de validade	261
12.1.4	Possibilidade de levantamento do depósito	263
12.1.5	Consignação de coisa certa e de coisa incerta.....	263
12.1.6	Despesas processuais	264
12.1.7	Prestações periódicas.....	264
12.1.8	Regras procedimentais para a consignação em pagamento	265
12.2	Pagamento com sub-rogação.....	265
12.2.1	Efeitos jurídicos da sub-rogação.....	268
12.3	Imputação do pagamento	268
12.3.1	Conceito e requisitos	268
12.3.2	Imputação do credor e imputação legal	269
12.4	Dação em pagamento (<i>datio in solutum</i>)	270
12.4.1	Requisitos	271
12.4.2	Evicção da coisa dada em pagamento	271

12.4.3	<i>Datio pro solvendo</i>	272
12.5	Novação.....	272
12.5.1	Requisitos	272
12.5.2	Espécies.....	273
12.5.3	Efeitos da novação	274
12.6	Compensação.....	275
12.6.1	Regras aplicáveis à compensação.....	276
12.6.2	Impossibilidade de compensação	277
12.7	Confusão	278
12.8	Remissão.....	279
12.8.1	Requisitos	279
12.8.2	Características	279
	Quadro sinótico.....	280
Capítulo 13	– INADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES	281
13.1	Inadimplemento absoluto das obrigações.....	282
13.2	Inadimplemento relativo das obrigações: a mora.....	286
13.2.1	Purgação e cessação da mora	291
13.3	Perdas e danos.....	293
13.3.1	Consequências do inadimplemento culposo da obrigação	293
13.3.2	Perdas e danos.....	294
13.4	Dano Moral	296
13.5	Juros.....	296
13.5.1	Conceito	296
13.5.2	Espécies.....	296
13.5.3	Limite da taxa de juros	298
13.5.4	Termo inicial para a incidência dos juros.....	298
13.6	Cláusula penal	299
13.6.1	Conceito	299
13.6.2	Natureza jurídica	299
13.6.3	Funções.....	299
13.6.4	Valor da cláusula penal	300
13.6.5	Espécies de cláusula penal.....	301
13.6.6	Cláusula penal e pluralidade de devedores	302
13.6.7	Cláusula penal e institutos afins.....	302

13.7	Arras confirmatórias e arras penitenciais.....	303
13.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	303
13.7.2	Arras confirmatórias (arts. 417, 418 e 419).....	304
13.7.3	Arras penitenciais (arts. 419 e 420).....	304
13.7.4	Funções das arras.....	305
	Quadro sinótico.....	305
Capítulo 14	– ATO ILÍCITO	307
14.1	Conceito de ato ilícito.....	308
14.2	Elementos do ato ilícito.....	310
14.3	Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude	313
14.4	Excludentes de ilicitude.....	314
14.4.1	Espécies de excludentes	315
14.5	Abuso de direito.....	317
14.5.1	Conceito	318
14.5.2	O abuso de direito e sua relação com a boa-fé objetiva ...	319
14.5.3	Requisitos do abuso de direito.....	321
14.5.4	Modalidades específicas de atos abusivos.....	322
	Quadro sinótico.....	324
Capítulo 15	– RESPONSABILIDADE CIVIL.....	327
15.1	Conceito	328
15.2	Elementos da responsabilidade civil	330
15.2.1	Conduta humana.....	330
15.2.2	Dano	331
15.2.2.1	Requisitos do dano.....	331
15.2.2.2	Categorias do dano.....	332
15.2.2.3	Questões especiais envolvendo o dano.....	332
15.2.3	Nexo de causalidade.....	333
15.2.3.1	Teorias que fundamentam o nexo de causalidade...	333
15.2.3.2	Concausas	334
15.2.3.3	Causalidade na omissão.....	334
15.3	Excludentes de ilicitude.....	334
15.4	Culpa <i>lato sensu</i>	336
15.5	Distinções entre os tipos de responsabilidades	338
15.5.1	Responsabilidade contratual e extracontratual	338

15.5.2	Responsabilidade civil objetiva e subjetiva.....	338
15.6	Responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002	340
15.7	Responsabilidade indireta.....	341
15.7.1	Responsabilidade por ato de terceiro.....	341
15.7.2	Casos específicos de responsabilidade por ato de terceiro..	342
15.7.2.1	Pais pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e companhia (art. 932, I).....	342
15.7.2.2	Tutor e curador pelos pupilos e curatelados que se acharem na mesma condição (art. 932, II)	343
15.7.2.3	Empregador ou comitente por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele (art. 932, III)....	343
15.7.2.4	Donos de hotéis, hospedeiros, casas ou estabele- cimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, mo- radores e educandos dentro de uma esfera restrita de vigilância (art. 932, IV)	344
15.7.2.5	Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia (art. 932, V)	344
15.7.3	Direito de regresso na responsabilidade civil por ato de terceiro.....	344
15.7.4	Responsabilidade pelo fato da coisa ou do animal.....	345
15.7.5	Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado por ato de terceiros.....	346
15.8	Responsabilidade civil no campo do direito do trabalho	347
15.8.1	Responsabilidade civil do empregador prevista no art. 932, III, do CC/2002	347
15.8.2	Excludentes da responsabilidade do empregador ou comitente e a ação de regresso.....	350
15.8.3	Responsabilidade civil do empregador por acidente de tra- balho	351
	Quadro sinótico.....	354
Capítulo 16 – CONTRATOS		357
16.1	Princípios Contratuais.....	357
16.1.1	Princípio da autonomia privada.....	357
16.1.2	Princípio da obrigatoriedade	357
16.1.3	Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos	359

16.1.4	Princípio da função social do contrato.....	360
16.1.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	361
16.2	Classificação dos contratos	363
16.3	Contratos em geral	364
16.3.1	Disposições gerais relacionadas aos contratos	365
16.4	Interpretação.....	366
16.5	Extinção dos contratos (arts. 472 a 480).....	368
16.6	Disposições especiais.....	371
16.7	Vícios redibitórios (arts. 441 a 446).....	371
16.8	Evicção (arts. 447 a 457)	373
16.9	Contratos em espécie.....	374
16.9.1	Compra e venda (arts. 481 a 532).....	374
16.9.1.1	Elementos constitutivos.....	375
16.9.1.2	Restrições à compra e venda.....	375
16.9.1.3	Regras especiais da compra e venda	376
16.9.1.4	Cláusulas especiais ou pactos adjetos.....	377
16.9.2	Troca ou permuta (art. 533).....	378
16.9.3	Contrato estimatório (arts. 534 a 537).....	378
16.9.4	Doação (arts. 538 a 544).....	378
16.9.4.1	Espécies de doação	379
16.9.4.1.1	Hipóteses de irrevogabilidade por ingrati- tidão (art. 564).....	380
16.9.5	Locação de coisas (arts. 565 a 578)	380
16.9.5.1	A locação na Lei n. 8.245/91.....	382
16.9.6	Empréstimo.....	382
16.9.6.1	Do comodato (arts. 579 a 585)	382
16.9.6.2	Mútuo (arts. 586 a 592)	383
16.9.6.2.1	Mútuo feneratício (ou mercantil)	384
16.9.7	Prestação de serviços (arts. 593 a 609)	385
16.9.8	Empreitada (arts. 610 a 626)	386
16.9.8.1	Subempreitada.....	387
16.9.9	Depósito (arts. 627 a 652)	388
16.9.9.1	Direitos e deveres do depositário	388
16.9.9.2	Direitos e deveres do depositante.....	389
16.9.9.3	Da prisão do depositário infiel.....	389
16.9.9.4	Extinção do depósito.....	389

16.9.10	Mandato (arts. 653 a 692)	389
16.9.10.1	Submandato	390
16.9.10.2	Obrigações do mandatário	390
16.9.10.3	Obrigações do mandante	391
16.9.11	Contrato de fiança (arts. 818 a 839)	391
16.9.11.1	Efeitos e regras	391
16.9.11.2	Hipóteses de extinção da fiança (arts. 837 a 839)	392
16.9.12	Contrato de seguro (arts. 757 a 777)	393
16.10	Atos unilaterais	394
16.10.1	Promessa de recompensa (arts. 854 a 860)	394
16.10.2	Gestão de negócios (arts. 861 a 875)	395
16.10.3	Pagamento indevido (arts. 876 a 883)	396
16.10.4	Enriquecimento sem causa (arts. 884 a 886)	396
	Quadro sinótico	397
Capítulo 17 – DIREITO DAS COISAS		401
17.1	Noções introdutórias	401
17.2	Classificação	402
17.3	Da posse	403
17.3.1	Termos especiais sobre a posse	405
17.3.2	Natureza jurídica da posse	405
17.3.3	Classificações da posse	406
17.3.4	Aquisição e transmissão da posse	409
17.3.4.1	Aquisição da posse	409
17.3.4.2	Transmissão da posse	410
17.3.5	Dos efeitos da posse (arts. 1.210 a 1.222)	410
17.3.5.1	Proteção possessória	410
17.3.5.2	Percepção dos frutos (arts. 1.214 a 1.216)	413
17.3.5.3	Indenização pelas benfeitorias e direito de retenção	413
17.3.5.4	Indenização dos prejuízos	414
17.3.5.5	Usucapião	414
17.3.6	Composse	414
17.3.7	Perda da posse	415
17.4	Propriedade	416
17.4.1	Faculdades do direito de propriedade	416

17.4.2	Atributos da propriedade	417
17.4.3	Função social da propriedade.....	417
17.4.4	Limitações de ordem privada	419
17.4.5	Limitações de ordem administrativa e social.....	420
17.4.6	Da aquisição da propriedade (modos).....	422
17.4.6.1	Da aquisição da propriedade imóvel.....	422
17.4.6.1.1	Usucapião	422
17.4.6.1.1.1	Requisitos	422
17.4.6.1.1.2	Espécies de usucapião...	424
17.4.6.1.2	Registro.....	427
17.4.6.1.3	Atributos do registro.....	428
17.4.6.1.4	Acessão (art. 1.248).....	428
17.4.6.2	Modos de aquisição da propriedade móvel.....	430
17.4.7	Modos de perda da propriedade.....	432
17.4.8	Da propriedade resolúvel (arts. 1.359 e 1.360)	433
17.4.9	Da propriedade fiduciária (arts. 1.361 a 1.368-B)	434
17.4.10	Do fundo de investimento (arts. 1.368-C a 1.368-F)	437
17.5	Direito de vizinhança	438
17.6	Condomínio.....	443
17.6.1	Condomínio voluntário.....	443
17.6.1.1	Da administração do condomínio.....	444
17.6.2	Do condomínio necessário.....	444
17.6.3	Do condomínio edilício.....	445
17.6.3.1	Da administração do condomínio.....	448
17.6.3.2	Da extinção do condomínio.....	450
17.6.3.3	Novas modalidades de condomínio.....	451
17.7	Direitos reais na coisa alheia de gozo e fruição.....	452
17.7.1	Superfície (arts. 1.369 a 1.377).....	452
17.7.1.1	Modos de constituição do direito de superfície..	453
17.7.1.2	Transferência do direito de superfície (art. 1.372).....	453
17.7.1.3	Extinção do direito de superfície.....	453
17.7.2	Servidão (arts. 1.378 a 1.389).....	454
17.7.3	Usufruto	456
17.7.3.1	Direitos e deveres do usufrutuário	457
17.7.3.2	Da extinção do usufruto.....	458

17.7.4	Uso	459
17.7.5	Habitação.....	459
17.7.6	Direito real de laje	460
17.8	Direitos reais de garantia	461
17.8.1	Penhor	463
17.8.1.1	Dos direitos e das obrigações do credor pignora- tício.....	463
17.8.1.2	Da extinção do penhor	464
17.8.1.3	Do penhor rural	465
17.8.1.4	Do penhor industrial e mercantil.....	466
17.8.1.5	Do penhor de direitos e títulos de crédito.....	466
17.8.1.6	Do penhor de veículos.....	468
17.8.1.7	Do penhor legal.....	468
17.8.2	Hipoteca	469
17.8.2.1	Da hipoteca legal	471
17.8.2.2	Do registro da hipoteca	472
17.8.2.3	Da extinção da hipoteca	473
17.8.3	Anticrese.....	473
	Quadro sinótico.....	474
Capítulo 18 – DIREITO DAS FAMÍLIAS.....		483
18.1	Concepções sobre o direito de família.....	483
18.2	Princípios do direito de família	484
18.2.1	Princípio da igualdade de direitos e deveres entre os côn- juges	484
18.2.2	Princípio da paternidade responsável e do planejamento familiar	485
18.2.3	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	485
18.2.4	Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	486
18.3	Do casamento.....	486
18.3.1	Noções gerais	486
18.3.2	Características do casamento	489
18.3.3	Do procedimento para o casamento	490
18.3.3.1	Da capacidade para o casamento	490
18.3.3.2	Do processo de habilitação para o casamento.....	491
18.3.3.3	Da celebração do casamento	493
18.3.4	Das provas do casamento.....	495

18.3.5	Dos impedimentos.....	496
18.3.6	Das causas suspensivas.....	498
18.3.7	Da invalidade do casamento.....	500
18.3.7.1	Causas de nulidade.....	500
18.3.7.2	Causas de anulabilidade.....	501
18.3.8	Da eficácia do casamento.....	504
18.3.9	Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.....	505
18.4	Parentesco.....	508
18.4.1	Disposições gerais acerca da relação de parentesco.....	508
18.4.2	Filiação.....	509
18.4.3	Do reconhecimento dos filhos.....	510
18.5	Do poder familiar.....	511
18.5.1	Do exercício do poder familiar.....	513
18.5.2	Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores....	513
18.5.3	Suspensão, perda e extinção do poder familiar.....	514
18.6	Do regime de bens.....	516
18.6.1	Do regime de bens entre os cônjuges.....	516
18.6.2	Do regime de comunhão parcial de bens.....	519
18.6.3	Do regime de comunhão universal de bens.....	520
18.6.4	Do regime de participação final nos aquestos.....	521
18.6.5	Do regime de separação de bens.....	523
18.7	Dos alimentos.....	523
18.8	Do bem de família.....	526
18.9	Da união estável.....	529
18.10	Da tutela e curatela.....	530
18.10.1	Da tutela.....	530
18.10.1.1	Dos incapazes de exercer a tutela e da escusa dos tutores.....	531
18.10.1.2	Do exercício da tutela.....	533
18.10.1.3	Da cessação da tutela.....	534
18.10.1.4	Da administração dos bens do tutelado.....	534
18.10.2	Da curatela.....	535
	Quadro sinótico.....	536
Capítulo 19	– DIREITO DAS SUCESSÕES.....	543
19.1	Noções acerca das disposições gerais da sucessão.....	543
19.2	Da herança e de sua administração.....	546

19.3	Da vocação hereditária.....	548
19.4	Da aceitação e renúncia da herança.....	549
19.5	Dos excluídos da sucessão	551
19.6	Da herança jacente.....	552
19.7	Da petição de herança.....	553
19.8	Da sucessão legítima.....	554
19.8.1	Dos herdeiros necessários.....	554
19.8.2	Do direito de representação.....	556
19.8.3	Da ordem da vocação hereditária	557
19.9	Da sucessão testamentária.....	562
19.9.1	Do testamento em geral.....	562
19.9.2	Da capacidade de testar.....	563
19.9.3	Dos codicilos.....	564
19.9.4	Das disposições testamentárias	564
19.9.5	Das formas do testamento	566
19.9.5.1	Das formas ordinárias	566
19.9.5.2	Das formas especiais.....	570
19.9.6	Dos legados.....	571
19.9.6.1	Dos efeitos do legado e do seu pagamento.....	572
19.9.6.2	Do direito de crescer entre herdeiros e legatários.....	573
19.9.7	Das substituições	574
19.9.8	Da deserção.....	576
19.9.9	Da revogação do testamento.....	577
19.9.10	Do rompimento do testamento.....	577
19.9.11	Do testamenteiro.....	578
19.10	Do inventário e da partilha	579
19.10.1	Do inventário.....	579
19.10.2	Dos sonegados	582
19.10.3	Do pagamento das dívidas.....	583
19.10.4	Da colação.....	583
19.10.5	Da partilha	585
19.10.5.1	Da anulação da partilha.....	586
	Quadro sinótico.....	586
	BIBLIOGRAFIA	591